

# O círculo vicioso - Brasil

## dá mais uma volta

Há três instituições ou entidades brasileiras que estão, ou se consideram, totalmente acima da lei, seja a lei no sentido estrito, seja a "lei" no sentido mais lato de respeito mútuo nas relações sociais: são a CNBB, a CUT (que acaba de notificar oficialmente o governo de que não lhe deve satisfações) e, finalmente, o próprio governo, ou, mais precisamente, as autoridades econômicas.

Há, no entanto, 130 milhões de brasileiros que vivem sob o império da lei, mas que não podem recorrer à lei para impedir que os governantes — e também a CUT e a Igreja — façam deles gato e sapato.

Nas últimas décadas, cada presidente brasileiro que se sentiu, eventualmente, constrangido pelos limites da lei; que teve dificuldades em conseguir ou encontrar, dentro dos orçamentos normais e legalmente aprovados do governo, os recursos para pôr em prática aquilo que considerava necessário ou imprescindível para a conquista dos seus objetivos, jamais titubeou: de uma penada criou um "fundo" diretamente vinculado à Presidência da República, e atirou-se às realizações que reputou "inadiáveis". No final dos mandatos, com essas "realizações" completadas ou não (geralmente não completadas), restou sempre um "fundo" vazio mas ainda vigente, à cata de novos recursos para ser preenchido, assim como restou, pendente, a remuneração aos contribuintes do fundo anterior. Assim, o presidente Geisel criou os vários "pró-qualquer-coisa", o presidente Figueiredo criou o seu "Finsocial", o presidente José Sarney terá o seu FRN (Fundo de Reconstrução Nacional).

Acontece que a Nação não está precisando de nenhuma reconstrução. Na verdade, ela vem sendo construída com surpreendente eficácia pelos brasileiros que são obrigados a cumprir a lei, apesar dos desmandos daqueles que estão acima dela. A única coisa que precisaria ser urgentemente reconstruída, a fim de que cumprisse estritamente suas funções e não mais atrapalhasse o trabalho de todos, seria o próprio governo. O governador de Pernambuco, Gustavo Krause, num desabafo radical, porém representativo do que o povo brasileiro sente neste momento, acha que "o governo deveria ser extinto".

O que estamos vendo neste momento é, em resumo, o seguinte: as necessidades de financiamento do setor público (ou seja, o déficit, no conceito do FMI) afinal se mostraram muito maiores do que as autoridades proclamavam. Na verdade, apenas se mostraram de acordo com o que previam os críticos das autoridades. E, como sói acontecer, as autoridades decidiram suprir esse déficit aumentando, mais uma vez, a dívida interna, às custas de diversos empréstimos compulsórios. Na prática o que está sendo criado é mais dívida interna às custas do bolso dos consumidores e contribuintes. Como o governo vai gastar esses empréstimos em "realizações" que não propiciarão retornos para saldá-los, quando chegar a época do resgate (em outro mandato governamental), as novas autoridades criarão talvez um imposto ou uma taxa para poder pagar os credores dos atuais empréstimos, e assim a transferência provisória de recursos do setor privado para o setor público tornar-se-á definitiva. Bem, mas aí, como é que as autoridades futuras farão suas próprias "realizações"? Provavelmente com mais alguns empréstimos...

Essa tautologia financeira não chega sequer a ser criativa. Os empréstimos cobráveis de consumidores de combustíveis e turistas ao Exterior já foram cogitados e/ou cobrados por outros governos, o que apenas torna a atual estratégia governamental mais parecida ainda com a dos governos anteriores, no conteúdo e também na forma.

A eterna justificativa para a irrefreável caminhada dessa bola de neve são os investimentos "sociais" do governo. Que eternamente terá necessidade de recorrer a tais expedientes para seus programas "sociais", uma vez que o dinheiro dos impostos que deveria servir para tal finalidade (e tem tido substancial elevação) mal dá para cobrir o avassalador aumento de custeio de uma máquina administrativa decrépita, inculta, ineficaz, além de ser malbaratado em empreendimentos econômicos desastrosos — as estatais — com os quais os governos tentam tornar-se empresários.

O quadro é muito simples: existe um Brasil moderno, dinâmico, empreendedor, diligente, que cria riquezas, mas que está sendo continuamente assaltado pelos governantes em nome de pretendidos benefícios à população carente deste País. Na verdade, esse assalto permanente só faz inchar a própria máquina governamental, de um lado, e deixar a população carente mais à míngua ainda, uma vez que o setor dinâmico da economia fica com menos recursos para criar empregos e oportunidades. Cada governante que entra pensa que pode cortar esse círculo vicioso fazendo um último empréstimo para "limpar" as finanças e passando a usar criteriosamente os recursos dali por diante. Todos se consideram judiciosos e criteriosos no uso dos recursos. Todos se consideram "sérios", ou mais "sérios" que os precedentes. Mas a resultante dessa auto e alta estima tem sido na prática a crescente dilapidação e desperdício de recursos.

Nenhum governante consegue compenetrar-se de que a única maneira de cortar aquele círculo vicioso é cortar o próprio governo, e que isso terá apoio total da vastíssima maioria da população brasileira, que sabe e sente que os governos se transformaram numa barafunda de ineficiência e desperdícios e quer vê-los consertados, e não tentando "consertar" a Nação ou a economia que funcionam bem sem eles.

O novo pacote — que certamente não será o último — revela que o ministro Dilson Funaro vem mentindo a si próprio, ou se iludindo, a cada nova providência com que imagina corrigir o déficit público. Já proclamou inúmeras vezes que o problema estava resolvido e observa com ar entediado que se trata de assunto secundário a cada vez em que ele é abordado na imprensa. Está preocupado — é dele a observação — com o crescimento da economia e não com o déficit governamental.

Pois bem, o pacote mostra que o problema não foi resolvido. Pior ainda, que está longe de ser resolvido, porque o governo nem sequer sabe quanto exatamente poderá "arrecadar" com o pacote. E que este país tem uma seriíssima questão a discutir e resolver: até que ponto, em que escala e em quais atividades os trabalhadores e contribuintes brasileiros podem ou devem continuar financiando o governo, e, em contrapartida, em que medida estão dispostos a prescindir de serviços, amparo, apoios e assistência governamental, para não terem que sustentar desastrosos e poderem conquistar a verdadeira cidadania, ou seja, o direito e a responsabilidade de fazerem as coisas por seus próprios meios.

Se o presidente Sarney e o ministro Funaro fossem autênticos democratas e tivessem o espírito público que uma república verdadeiramente nova requer, estariam expondo à Nação, com franqueza, a essência desse magno problema e não impondo pacotes que só irão agravá-lo.